

Escolas rejeitam proposta

Belo Horizonte — O presidente da Fenen — Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino, Roberto Dornas, disse ontem, ao chegar de Brasília, onde se reuniu pela manhã com o secretário-geral do Ministério da Educação, Aloísio Soteró, para discutir o reajuste das mensalidades escolares, que não houve acordo, porque não era possível aceitar a proposta do governo, de conceder reajuste diferenciado para os graus médios e para o ensino superior.

Roberto Dornas revelou que no dia 5 ou 6 de janeiro o governo pretende editar um decreto-lei instituindo um índice de reajuste para o 1º e 2º graus e outro para o ensino superior. Segundo ele, o raciocínio do MEC para se optar pelo reajuste diferenciado — com o qual a Fenen não concorda — “parte do princípio errado de que, se a maior parte dos alunos das escolas particulares de ensino superior é oriunda de famílias com renda baixa, é necessário que estas escolas tenham um índice de reajuste menor”.

Perdas

— Não é a escola particular que tem de cobrar menos que o necessário, se o aluno não encontra vaga na universidade pública e não pode arcar com o preço exigido nas escolas particulares de nível superior — disse Roberto Dornas.

Ele acredita que o governo deve

auxiliar o aluno carente com bolsas e subsídios, ao invés de destinar verbas às escolas particulares. “Não concordamos com esta política de diferenciação que o governo quer instituir. Queremos apenas a correção das perdas advindas com o Plano Cruzado e que o reajuste das mensalidades passe a ser feito de acordo com um índice inflacionário seguro”, disse.

A comissão constituída pela Fenen para negociar com o governo a fixação do índice de reajuste das anuidades escolares entregou aos representantes do MEC um projeto de decreto-lei prevendo, entre outras coisas, a adoção de um índice de 62,5% que reponha as perdas resultantes dos congelamentos de preço das anuidades, mais a correção das anuidades segundo a inflação acumulada desde fevereiro de 1986 e a utilização de um outro índice, que seria somado ao primeiro, “para as escolas que sofressem de déficits crônicos”, explicou Roberto Dornas.

Está ainda previsto no projeto de decreto-lei proposto pela Fenen reajuste especial concedido a todas escolas que gastassem mais de 65% da despesa com a folha de pagamento dos professores e os demais funcionários. “Quando o limite fosse rompido, a escola entraria em contato com o Conselho Federal de Educação, que examinaria cada caso específico”, acrescentou o presidente da Fenen.